

### Austrália uma Reviravolta Estratégica

Teresa de Sousa

A intervenção em Timor-Leste está a obrigar a Austrália a repensar as suas relações internacionais e a procurar um novo equilíbrio entre a aliança com o Ocidente e a sua inserção regional. A relação com a Indonésia transformou-se irremediavelmente.

"Não deixa de ser profundamente irónico que a Austrália, o único país que reconheceu a invasão e a integração de Timor-Leste na Indonésia, se veja agora obrigado a pressionar desesperadamente as Nações Unidas e Jacarta pelo direito de intervir [em Timor-Leste] para pôr cobro a uma situação de que foi conivente nos últimos 25 anos." A observação é feita por Gary Klintworth num artigo publicado na edição de 7 de Setembro do "Sydney Morning Herald", um dos mais influentes diários australianos. Nesse artigo, Klintworth (um especialista em direito internacional) argumenta que, à luz da experiência internacional dos últimos dez anos, Camberra tem o direito e o dever de intervir em Timor-Leste para pôr cobro à barbárie humanitária provocada pelas milícias e pelo Exército indonésio.

A citação transcrita tem a virtualidade de resumir de uma forma simples o intenso debate que hoje mobiliza a sociedade australiana sobre os fundamentos da política externa prosseguida por Camberra nas últimas três décadas, agora "jogados no lixo" pela questão de Timor-Leste.

Com mais ou menos variantes conjunturais essa política assentou em dois pilares: a indispensável aliança com os Estados Unidos, nascida da guerra fria; o fortalecimento das relações com a Ásia e, em primeiro lugar, com a Indonésia, o populoso vizinho do Norte, considerado como vital para garantir as linhas de abastecimento aéreo e marítimo do país e manter a estabilidade na região.

Na base desta política, que remonta ao início dos anos 70, esteve a percepção de que a Indonésia constituía a principal ameaça externa à segurança da Austrália. Com uma população de mais de 200 milhões de pessoas (o quarto país mais populoso e o maior país muçulmano do mundo), espalhadas por milhares de ilhas sobrepovoadas, atravessando o que era visto indulgentemente por Camberra como um processo "difícil" de construção da sua identidade nacional, a Indonésia foi sempre olhada pelos menos de 20 milhões de australianos, ocupantes privilegiados de um vastíssimo e rico território, como uma ameaça real.

Mas quando, na década de 70, a Austrália decidiu pôr fim a uma política de costas voltadas para a Ásia e iniciar a abertura aos países da região, esse temor traduziu-se progressivamente naquilo que hoje muitas vozes críticas definem como uma "política de apaziguamento" a qualquer preço em relação à ditadura de Suharto. A partir de meados da década de 80 manter a Indonésia "estável" passou a ser o principal objectivo da política de Camberra. A Austrália foi o único país a reconhecer de jure a invasão e a subsequente anexação de Timor em 1975 e 76, procurando construir a partir desta decisão uma política de cooperação com Jacarta em todos os domínios, inclusive o militar. Cega a quaisquer preocupações quanto à natureza cada vez mais intolerável do regime indonésio e aos ventos de mudança desencadeados pelo fim da guerra fria. Alimentada pela euforia económica que varreu os países do Sudeste Asiático na década de 80, incluindo a Indonésia e o seu gigantesco e apetecível mercado.

Paul Keating, o primeiro-ministro trabalhista australiano (1991-96) que negociou e assinou com Jacarta um tratado de segurança e cooperação militar em 1995 (denunciado pela Indonésia a 16 de Setembro último), justificou esta política sem subterfúgios: "Nem Camberra nem Jacarta podem permitir que a relação entre os dois países se torne eternamente refém de Timor-Leste".

Hoje, 4 500 soldados australianos estão em Timor, constituindo a espinha dorsal da força de imposição de paz da ONU que entrou no território a 20 de Setembro último. Correndo o risco, como disse por várias vezes o actual primeiro-ministro conservador John Howard, de perder as suas vidas em confrontos com soldados indonésios.

Esta viragem representa, como reconhecem todos os analistas em Camberra, o maior desafio à política externa da Austrália desde a guerra do Vietname, senão mesmo desde a II Guerra Mundial. Paul Dibb, um dos principais arquitectos da política externa e de defesa do país nos anos 80, citado pelo "The Economist", resumia de forma lapidar a dimensão desta crise: "Tudo o que era dado como adquirido desapareceu."

A política de apaziguamento com Jacarta, apenas acompanhada de algumas críticas em voz baixa às sistemáticas violações dos direitos humanos em Timor e ao regime de repressão violenta que vigorava na Indonésia, não foi revista com o fim da guerra fria, com o escândalo internacional que provocou o massacre de Santa Cruz, em 1991, nem mesmo com os primeiros sinais de instabilidade do regime de Suharto, a partir da crise financeira que se abateu sobre os mercados asiáticos desde meados de 1997 e que fez da Indonésia a sua principal vítima. Camberra não soube ler os sinais de mudança no mundo e na Indonésia até ser confrontada, em Maio do ano passado, com a queda de Suharto e o início de um complexo processo de transição democrática em Jacarta.

O consenso entre os três maiores partidos - os trabalhistas de Keating, o Partido Nacional, conservador, de John Howard, e os liberais - em torno dos fundamentos desta política externa é uma das explicações para a "cegueira" australiana às mudanças que se avizinhavam. E deixa hoje Camberra sem uma doutrina alternativa consistente com a nova realidade, condenando-a a reagir casuisticamente aos acontecimentos. De novo "refém" de Timor-Leste.

## **A aliança americana**

Também o segundo pilar da política externa de Camberra - a aliança com os EUA - foi duramente posto à prova com os acontecimentos de Timor. Hoje, essa relação começa finalmente a ser debatida, já não à luz da guerra fria, mas à luz do envolvimento australiano em Timor-Leste e do que ele pode antecipar quanto ao futuro.

Tentando "construir" rapidamente uma nova doutrina para sustentar a viragem da política externa de Camberra, John Howard voltou a colocar a ênfase na natureza ocidental da democracia australiana e na sua relação privilegiada com os EUA. Mas a sua "nova doutrina" foi interpretada por boa parte do "establishment" ligado às relações externas como uma tentativa para fazer da Austrália o "ajudante" do xerife americano na região - uma espécie de "polícia regional" que as imagens dos soldados australianos fortemente armados desembarcando em Timor ajudavam a alimentar, pondo em causa o capital acumulado ao longo de anos de esforços para valorizar a integração geopolítica na Ásia do Sudeste.

Qual é, então, o caminho para ultrapassar a crise aberta por Timor não só nas relações com a Indonésia (que é urgente reconstruir em novas bases) como na teia de relações de cooperação estabelecidas nas últimas décadas com os países do Sudeste Asiático, alguns dos quais participam ao lado da Austrália na Interfet?

De novo, a Austrália debate-se com o eterno dilema que marcou as suas opções externas desde os anos 70: ser uma nação asiática ou uma extensão do Ocidente na Ásia. Basear a sua política externa nos seus valores ou subordiná-la às "relações especiais" que procurou estabelecer "a todo o custo" com os países vizinhos, em nome do princípio da "estabilidade regional", independentemente dos respectivos regimes políticos.

Com o fim da guerra fria, num mundo em que a defesa dos direitos humanos ganha finalmente uma dimensão universal e o direito de ingerência faz o seu caminho contra a regra da "não intervenção" que dominou as relações internacionais no passado, a procura de um novo equilíbrio, depois do fracasso da "política de estabilidade a todo o custo", vai obrigar a um difícil e complexo exercício que está apenas a começar. E que passa, necessariamente, pela reavaliação da relação privilegiada com os EUA.

## **O mundo pós-guerra fria**

Apesar do papel decisivo dos Estados Unidos para impor a Jacarta a aceitação de uma intervenção militar, a crise de Timor veio reforçar a percepção de que os EUA contam cada vez mais com o seus aliados regionais na resolução de crises localizadas, alimentando em Camberra um sentimento de alguma frustração e abrindo caminho a um novo debate sobre a "divergência de agendas" entre os dois aliados, que poderá conduzir a uma reavaliação da sua política de defesa.

Até agora, as forças armadas australianas foram essencialmente preparadas para actuar como parceiro "menor" dos Estados Unidos em situações de conflito aberto. Ora, a intervenção militar em Timor, para além de ter sido ditada por razões humanitárias alimentadas por um forte sentimento de culpa, correspondeu também a uma nova avaliação do interesse nacional australiano. John Downer, o chefe da diplomacia de Camberra, evocou o estatuto da Austrália como "um grande protagonista" da região e as "estreitas relações de cooperação no domínio da defesa que mantém com a Malásia, Singapura, Tailândia e Filipinas" para reivindicar a liderança da força de imposição de paz da ONU.

Apesar de John Howard ter vindo a insistir em que o envolvimento militar australiano em Timor constitui "uma excepção" ditada por circunstâncias muito particulares, são cada vez mais as vozes que reclamam uma reforma do Exército australiano que reforce a sua capacidade operacional para responder a situações de crise comparáveis a esta, permitindo a Camberra estar à altura das suas responsabilidades de "potência regional". Um prolongado envolvimento em Timor-Leste - confirmado pela disposição de Camberra em liderar a força de "capacetes azuis" que vai substituir a Interfet - será o primeiro teste às novas linhas de orientação da política externa e de defesa australiana que estão a emergir desta profunda crise.

Há alguns meses apenas, Camberra chegou a admitir que seria possível extrair o espinho de Timor-Leste da sua relação com a Indonésia de forma indolor e sem ter de pagar por isso um elevado custo. Os factos provaram o contrário, obrigando a Austrália a repensar de alto a baixo as suas relações internacionais, à procura de um novo equilíbrio entre a sua aliança com o Ocidente e a sua inserção regional. Num quadro internacional ainda em transformação, mas em que a "realpolitik" que ditou durante décadas a sua relação com a Indonésia será cada vez mais

insustentável.

De novo, a Austrália debate-se com o eterno dilema que marcou as suas opções externas desde os anos 70: ser uma nação asiática ou uma extensão do Ocidente na Ásia. Basear a sua política externa nos seus valores ou subordiná-la às "relações especiais" que procurou estabelecer "a todo o custo" com os países vizinhos, em nome do princípio da "estabilidade regional", independentemente dos respectivos regimes políticos.